Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 10.10.2001

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, resolvem:

Art. 1º Fica estabelecido para o produto CONFECÇÕES EM TECIDOS, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

- I - riscar;
- II - cortar;
- III - chulear, quando aplicável;
- IV - costurar;
- V - casear, quando aplicável; e
- VI - acabamento.

Parágrafo único. Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

Art. 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção estabelecidas no art. 1º poderão ser realizadas por terceiros, na Zona Franca de Manaus, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico e que, pelo menos, uma delas não seja objeto de terceirização.

Art. 3º Os tecidos utilizados nas confecções deverão ser de fabricação nacional em um percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) em peso.

§ 1º O limite estabelecido será calculado tomando-se por base a produção total da empresa no ano imediatamente anterior.

§ 2º Para os novos fabricantes com projetos aprovados e em fase de implantação, o limite será calculado com base no programa de produção previsto para o primeiro ano de operação.

§ 3º Os tecidos serão considerados de fabricação nacional quando:

- I - produzidos na Zona Franca de Manaus conforme o Processo Produtivo Básico respectivo;
- II - produzidos em outras regiões do País, que não a Zona Franca de Manaus, atendendo às Regras de Origem MERCOSUL previstas no Decreto nº 2.874, de 10 de dezembro 1998.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 31, de 24 de maio de 2000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO SILVA DO AMARAL
RONALDO MOTA SARDENBERG